

Brasília, 26 de junho de 2026

Seleção

Sumário

Estado de Minas - Online

Quinta-feira, 25 de junho de 2026 | Pirataria | Biopirataria

Bioma exclusivo do Brasil, Caatinga abriga espécies raras e sustenta milhões de pe... .. 3

Migalhas

Quinta-feira, 25 de junho de 2026 | ABPI

Nulidade de marca e registro no INPI: Defesa administrativa 6

O Antagonista

Sexta-feira, 26 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Quanto custa registrar uma marca no INPI depois da nova tabela de taxas? 11

O Tempo Online

Quinta-feira, 25 de junho de 2026 | Pirataria | Biopirataria

Governo federal envia representante ao Quênia para debater biodiversidade e povo... .. 13

Estadão.com.br - Últimas Notícias

Sexta-feira, 26 de junho de 2026 | Patentes

O risco de retrocesso no acesso a medicamentos 15

O Globo Online

Quinta-feira, 25 de junho de 2026 | Direitos Autorais

The New York Times reformula ação judicial contra OpenAI e Microsoft por violaã... .. 17

Consultor Jurídico

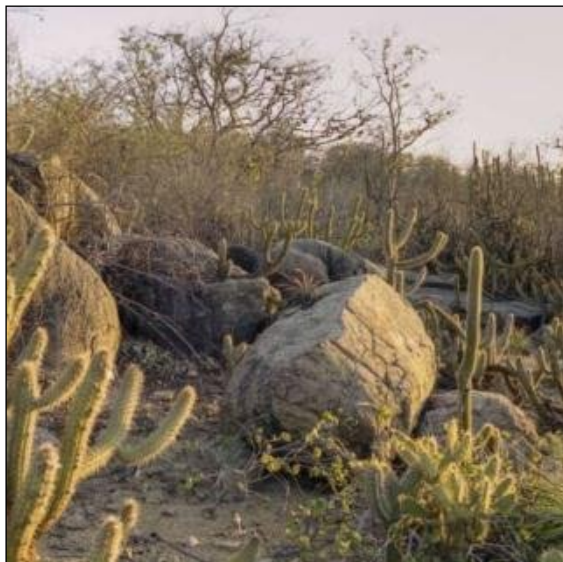
Quinta-feira, 25 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Marca de alto renome: Pix ganha proteção máxima do INPI 19

Quinta-feira, 25 de junho de 2026 | Propriedade Industrial

Documento interno de empresa pode contestar patente 22

Bioma exclusivo do Brasil, Caatinga abriga espécies raras e sustenta milhões de pessoas



A Caatinga é o único bioma que existe exclusivamente no Brasil e ocupa cerca de 11% do território nacional. Esse bioma se localiza principalmente na região Nordeste e no norte de Minas Gerais. A área apresenta clima semiárido, chuvas irregulares e longos períodos de seca. Apesar da aparência seca e da vegetação esbranquiçada em parte do ano, a Caatinga forma um ambiente complexo. Além disso, o bioma possui dinâmica própria e forte interação entre natureza e sociedade.

Ao longo das últimas décadas, a sociedade deixou de enxergar a Caatinga apenas como terra seca. Em vez disso, as pessoas passaram a reconhecer o bioma por sua importância ambiental, social e econômica. Milhões de pessoas vivem nesse território e dependem diretamente de seus recursos naturais. Elas utilizam esses recursos para a agricultura de subsistência, a criação de animais e o extrativismo vegetal. Esse mosaico de usos da terra convive com uma biodiversidade pouco conhecida pelo público em geral. No entanto, essa biodiversidade possui grande relevância para o país.

Caatinga: o que torna esse bioma tão singular?

A palavra Caatinga vem do tupi-guarani e significa floresta branca. Esse nome faz referência ao aspecto que a vegetação apresenta na seca. Nessa fase, muitas árvores perdem as folhas para economizar água. O bioma possui domínio de um clima

semiárido, com altas temperaturas e chuvas concentradas em poucos meses do ano. Nessa realidade, as plantas desenvolveram estratégias específicas para resistir à falta de água. Assim, elas formam raízes profundas, caules grossos que armazenam umidade e espinhos no lugar de folhas.

Entre as espécies típicas da Caatinga aparecem o umbuzeiro, o mandacaru, o xique-xique e a aroeira. Todas essas espécies se adaptam a condições extremas. Em vez de um deserto, a região revela um ambiente sazonal e muito dinâmico. Durante o período chuvoso, a paisagem muda rapidamente e ganha tons de verde. Esse momento favorece a reprodução de animais e o crescimento das lavouras. Portanto, essa alternância entre seca e chuva determina a organização da vida e das atividades produtivas na região.

Por que a biodiversidade da Caatinga é tão importante?

A biodiversidade da Caatinga se destaca como uma das mais ricas entre ambientes semiáridos do planeta. Pesquisadores já registraram milhares de espécies de plantas, aves, mamíferos, répteis e insetos. Muitas dessas espécies são endêmicas, ou seja, existem apenas nesse bioma. Animais como o tatu-bola, a asa-branca e a arara-azul-de-lear dependem diretamente das formações vegetais típicas da região. Além deles, vários pequenos mamíferos e répteis também utilizam essas formações para sobreviver.

Boa parte das plantas da Caatinga possui uso medicinal, alimentar e econômico. Comunidades tradicionais utilizam folhas, cascas e raízes em remédios caseiros. Além disso, frutos como o umbu e o maracujá-do-mato ganham espaço crescente em cadeias produtivas regionais. Essa diversidade genética representa um patrimônio estratégico para o país. Pesquisadores podem utilizar esse patrimônio em estudos científicos e no desenvolvimento de novos produtos farmacêuticos, alimentares e cosméticos. Desse modo, a biodiversidade da Caatinga fortalece tanto a ciência quanto a economia regional.

Plantas adaptadas à seca, com armazenamento de água e folhas reduzidas;

Animais que ajustam hábitos para enfrentar o calor, com maior atividade noturna;

Espécies endêmicas que possuem alto valor científico e de conservação;

Conhecimento tradicional associado ao uso de plantas e frutos nativos.

Como a Caatinga sustenta milhões de pessoas?

O bioma Caatinga abriga populações rurais, comunidades tradicionais, povos indígenas e cidades inteiras. Todas essas populações dependem de seus recursos naturais. A agricultura familiar forma uma das principais bases econômicas da região. As famílias cultivam feijão, milho, mandioca e outras culturas adaptadas ao clima seco. Além disso, a criação de caprinos e ovinos aparece com frequência. Esses animais suportam melhor a escassez de água e de pastagem em comparação com outras espécies.

Além da produção de alimentos, a Caatinga oferece base para o extrativismo vegetal. Comunidades coletam frutos nativos, lenha, madeira para cercas e plantas medicinais. Em muitos municípios, famílias vendem produtos derivados do umbu, do licuri e do mel de abelha nativa. Elas também comercializam ervas secas e outros itens. Dessa forma, essas vendas complementam a renda familiar. Quando as pessoas manejam os recursos de forma adequada, elas geram trabalho e renda sem esgotar o potencial do ambiente. Portanto, o uso sustentável se torna essencial para o futuro da região.

Produção de alimentos pela agricultura de sequeiro; Pecuária de caprinos, ovinos e bovinos adaptados à região; Extrativismo de frutos, sementes, mel e plantas medicinais; Atividades ligadas ao turismo de natureza e ao turismo cultural.

Quais são os principais desafios ambientais na Caatinga?

Apesar de sua relevância, o bioma Caatinga enfrenta pressões ambientais crescentes. Produtores ainda desmatam áreas para abertura de pasto, retirada de madeira e expansão agrícola. Esse processo reduz a cobertura vegetal e fragmenta habitats. Em várias áreas, o uso inadequado do solo, o sobrepastoreio e as queimadas agravam a situação. Essas ações favorecem processos de desertificação. Nesses processos, o solo perde fertilidade e capacidade de reter

água. Assim, o terreno se torna mais suscetível à erosão.

Esses problemas afetam diretamente o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das populações locais. Com menos vegetação, diminui a infiltração de água no solo e a disponibilidade de pastagem. Além disso, a oferta de produtos florestais se reduz. Esse cenário impacta a segurança hídrica e alimentar das comunidades. Diante disso, pesquisadores e instituições ambientais defendem novas práticas. Eles propõem o manejo florestal sustentável, a recuperação de áreas degradadas e tecnologias de convivência com o semiárido. Entre essas tecnologias, destacam-se cisternas, barragens subterrâneas e sistemas agroecológicos que conservam o solo.

João Vasconcelos Sobrinho e a defesa da Caatinga

A história da conservação da Caatinga no Brasil se relaciona diretamente ao trabalho do engenheiro agrônomo e ecólogo João Vasconcelos Sobrinho (1908-1989). Ele se tornou um dos pioneiros dos estudos ambientais no país. Ao longo da carreira, dedicou grande parte de seu tempo à pesquisa sobre o semiárido nordestino. Seus levantamentos sobre solos, vegetação e processos de degradação chamaram a atenção para a vulnerabilidade do bioma. Além disso, seus estudos evidenciaram os riscos de desertificação em várias áreas.

João Vasconcelos Sobrinho propôs, de forma pioneira, políticas de uso racional dos recursos naturais da Caatinga. Ele defendeu o planejamento do território, a proteção de áreas estratégicas e a valorização do conhecimento científico sobre o bioma. Sua atuação influenciou gerações de pesquisadores e gestores públicos. Além disso, seus trabalhos serviram de base para programas de conservação e manejo sustentável que continuam em desenvolvimento em 2026.

Ao evidenciar a Caatinga como bioma exclusivamente brasileiro, seus estudos e as ações inspiradas em sua obra reforçam o valor desse patrimônio natural. A sociedade passa a reconhecer a Caatinga como fonte de **diversidade biológica**, sustento econômico e identidade cultural para o país. Portanto, o fortalecimento de políticas públicas, da pesquisa científica e de iniciativas comunitárias permanece central. Com esse conjunto de ações, a população aumenta as chances de garantir que a Caatinga continue abrigando espécies raras e sustentando milhões de pessoas nas próximas décadas.

Continuação: Bioma exclusivo do Brasil, Caatinga abriga espécies raras e sustenta milhões de pessoas

JonasmouraCom Uso De Inteligência Artificial

Nulidade de marca e registro no INPI: Defesa administrativa



Nulidade de marca e registro no **INPI**: Defesa administrativa Marcello Ávila Nascimento O titular que não responde ao processo administrativo de nulidade entrega a marca ao adversário. Por que o silêncio e a defesa genérica custam mais do que parecem. quinta-feira, 25 de junho de 2026

Atualizado às 10:59

Manifestação sobre nulidade administrativa: quando o registro concedido precisa ser defendido

O contexto procedimental: O ataque ao registro já concedido

O certificado de registro expedido pelo **INPI** não encerra definitivamente a controvérsia sobre a titularidade de uma marca. A lei 9.279/1996 (LPI) prevê dois instrumentos pelos quais o registro pode ser impugnado após sua concessão: o PAN - processo administrativo de nulidade, disciplinado nos arts. 168 a 172, e a ação judicial de nulidade, regulada nos arts. 173 a 175. São vias distintas, com prazos e instâncias próprias, mas que compartilham um pressuposto comum: a alegação de que o registro foi concedido com infringência da LPI.

O processo administrativo de nulidade pode ser instaurado de ofício pelo próprio **INPI** ou mediante requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse, no prazo de 180 dias contado da data de publicação da concessão do registro na RPI - Revista

da **Propriedade Industrial**. Instaurado o PAN, o titular do registro é notificado e tem 60 dias para

apresentar sua manifestação, denominada, na prática administrativa corrente, Contrarrazões ao PAN - Processo Administrativo de Nulidade. A decisão é de competência exclusiva do Presidente do **INPI**, encerrando-se a instância administrativa (art. 171, LPI).

A distinção entre nulidade e as demais formas de ataque ao registro é fundamental para compreender a gravidade do que está em jogo. A oposição é apresentada antes da concessão do registro: é uma tentativa de impedir que o direito nasça. A nulidade é apresentada depois da concessão: é uma tentativa de extirpar um direito já constituído, com eficácia retroativa (ex tunc) à data do depósito. O titular que recebe a notificação de um PAN não está diante de uma mera formalidade: está diante de um ataque direto à existência do seu registro.

O silêncio e seus efeitos: o art. 171 da LPI e o processo decidido sem defesa

O art. 171 da LPI é de uma clareza que dispensa interpretação: "Decorrido o prazo fixado no artigo anterior, mesmo que não apresentada a manifestação, o processo será decidido pelo Presidente do **INPI**, encerrando-se a instância administrativa." A lei não apenas autoriza, mas ordena que o processo avance sem a defesa do titular. O silêncio não suspende, não prorroga, não produz qualquer efeito protetor. O PAN segue para decisão com o que há nos autos, pois o que há nos autos, nesse caso, é exclusivamente a versão do requerente da nulidade.

Celso Antônio Bandeira de Mello, ao tratar do silêncio do administrado no processo administrativo, observa que a ausência de manifestação não equivale, em regra, à concordância com as alegações do adversário (BANDEIRA DE MELLO, 2020, p. 503). No âmbito da **propriedade industrial**, essa distinção é tecnicamente correta, mas funcionalmente irrelevante para o titular silente. O presidente do **INPI** não presume que o titular concordou com as razões do requerente; ele simplesmente decide com as informações disponíveis. Se essas informa-

ções são unilaterais, a decisão tende a refletir essa unilateralidade.

A jurisprudência do TRF da 2ª Região confirma o peso dessa ausência. Em acórdão de fevereiro de 2026, a 1ª turma especializada reafirmou que o ajuizamento de ação judicial de nulidade pressupõe o esgotamento ou a demonstração de inviabilidade da via administrativa, e que a ausência de impugnação administrativa afasta o interesse processual para a via judicial (TRF da 2ª Região, AC 5014583-66.2019.4.02.5101, relatora desembargadora federal Simone Schreiber, j. 3/2/26). O raciocínio é simétrico para o titular: quem não se defende administrativamente enfrenta restrições processuais relevantes se quiser questionar a decisão do **INPI** na via judicial.

O prazo de 60 dias do art. 168, § 2.º, da LPI, é decadencial e improrrogável. Não há pedido de dilação, não há justa causa que o reabra, não há despacho saneador que o suspenda. Esgotado o prazo sem manifestação, a fase se encerra definitivamente. O processo administrativo de **propriedade industrial**, como Newton Silveira registra, "é construído sobre a preclusão das oportunidades não aproveitadas" (SILVEIRA, 2018, p. 214), sendo o prazo de manifestação no PAN a maior dessas oportunidades para o titular do registro impugnado.

"Há sempre uma solução fácil, simples, barata e errada para problemas difíceis." O processo administrativo de nulidade é um problema difícil. Deixá-lo sem resposta é a solução mais fácil, e pode custar o registro.

A evolução jurisprudencial: O direito de precedência nas Contrarrazões ao PAN

Por longo período, o **INPI** entendia que a arguição do direito de precedência do art. 129, § 1.º, da LPI, garantido ao usuário anterior de boa-fé que utiliza a marca há pelo menos seis meses, deveria ser feita exclusivamente em sede de oposição ao pedido de registro conflitante. A consequência era severa: quem não havia se oposto no momento próprio não poderia invocar o direito de precedência em nenhuma fase administrativa posterior.

Essa orientação foi revisada a partir da jurisprudência do STJ. Com fundamento nos precedentes do STJ, o **INPI** publicou na RPI 2.652, de 3 de novembro de 2021, o parecer 00043/2021/CGPI/PFE-**INPI**/PGF/AGU, da Procu-

radoria Federal especializada junto ao Instituto, ao qual foi atribuído efeito normativo pelo presidente do **INPI**, passando a aceitar a arguição do direito de precedência na fase do processo administrativo de nulidade. Trata-se de evolução significativa, que

amplia as possibilidades de defesa do titular de marca anterior não registrada e confere ao PAN uma dimensão estratégica que antes lhe era negada.

A amplitude do art. 168 da LPI, que não limita os fundamentos admissíveis nas Contrarrazões ao PAN, sustenta a mudança. Como observado pela doutrina especializada, "pode o titular exercer o direito de precedência em qualquer fase da instância administrativa, ou mesmo pela via judiciária" (MATOS FILHO, 2024), o que confere ao interessado flexibilidade procedimental relevante.

Uma precisão técnica, porém, é indispensável. A admissão do direito de precedência nas Contrarrazões ao PAN não elimina os efeitos preclusivos da inércia na fase de oposição. A preclusão que decorre do silêncio naquela fase atinge o argumento do direito de precedência como causa de pedir autônoma em eventual ação judicial de nulidade, e não o direito de ação em si. O titular silente não perde o acesso ao Judiciário, mas perde a possibilidade de fundar o pedido judicial exclusivamente no direito de precedência não arguido na instância administrativa própria. A ampliação trazida pelo parecer 00043/21 opera na esfera administrativa; seus reflexos sobre a estratégia judicial devem ser ponderados com cuidado pelo profissional que assessora o titular.

A defesa genérica: O profissional que pede a condenação do próprio cliente

Há uma tentação recorrente nos processos administrativos de **propriedade industrial**: responder ao PAN com uma peça genérica, isto é, uma negativa geral que afirma, em termos vagos, que o registro foi regularmente concedido, que os fundamentos da nulidade são improcedentes e que o requerente não tem razão. A peça existe; a defesa, não.

No processo civil, o art. 341 do CPC proíbe expressamente a contestação por negativa geral, exigindo impugnação específica de cada fato narrado pelo autor. O processo administrativo de marcas não contém disposição equivalente, mas o princípio subjacente é o mesmo: a peça que não enfrenta especificamente os fundamentos do PAN não produz defesa real. O presidente do **INPI** não tem obriga-

ção de construir os contra-argumentos que o titular não construiu. A manifestação genérica, ao existir sem substância, pode ser mais prejudicial do que o silêncio: o silêncio não confirma nada, mas a manifestação vazia sinaliza ao julgador que o titular não tem argumentos de mérito a opor, o que, na prática, reforça a posição do requerente da nulidade.

A imagem é dura, mas tecnicamente precisa: o advogado que apresenta Contrarrazões ao PAN por negativa geral opera, em sentido funcional, como um defensor que pede a condenação do próprio cliente juntamente com o adversário. A peça cumpre o requisito formal de participação no processo; no plano material, entrega o titular desarmado ao julgamento.

João da Gama Cerqueira já advertia que "a defesa em processo de **propriedade industrial** exige do profissional não apenas o conhecimento da lei, mas a familiaridade com a prática administrativa e com os critérios que, por sedimentação, orientam as decisões do órgão competente" (CERQUEIRA, 1982, v. II, p. 832). A negativa geral é precisamente o contrário disso: é a ausência de conhecimento técnico disfarçada de participação formal.

A manifestação genérica não é uma defesa fraca. É a ausência de defesa com aparência de defesa, podendo ser mais prejudicial ao titular do que o silêncio, porque sinaliza ao julgador que não há argumentos a oferecer.

O que as Contrarrazões ao PAN podem e devem conter

A LPI não elenca o conteúdo das Contrarrazões ao PAN, e essa abertura é uma oportunidade estratégica que a defesa qualificada sabe aproveitar. O titular pode e deve utilizar a peça para:

a) Refutar os fundamentos específicos da nulidade. Se o requerente alega colidência com marca anterior, o titular pode demonstrar a ausência de identidade ou semelhança entre os sinais, a diversidade de mercados, ou a coexistência pacífica. Se a alegação é de impedimento absoluto, como genericidade, descritibilidade ou falta de distintividade, pode demonstrar que o sinal adquiriu distintividade pelo uso (secondary meaning), nos termos da Portaria **INPI**/PR 8/22 e dos incisos expressamente admitidos pelo Manual de Marcas.

b) Arguir o direito de precedência. Com fundamento no parecer

00043/2021/CGPI/PFE-**INPI**/PGF/AGU, o titular de marca anterior não registrada pode invocar o art. 129, § 1.º, da LPI nas Contrarrazões ao PAN, desde que cumpridos os requisitos de uso anterior de boa-fé por pelo menos seis meses. A estratégia deve ser acompanhada de prova documental robusta do uso anterior.

c) Demonstrar a legitimidade e a solidez do registro impugnado. Comprovantes de uso contínuo da marca, investimentos em publicidade, presença no mercado, reconhecimento pelo consumidor, registros em outras jurisdições: tudo isso deve evidenciar que o sinal cumpre sua função distintiva e que o titular o explora efetivamente.

d) Questionar a legitimidade do requerente. O PAN pressupõe legítimo interesse. Se o requerente não demonstra interesse legítimo, se sua marca está sujeita a caducidade, ou se há má-fé na instauração do processo, a manifestação pode e deve apontar esses vícios.

e) Demonstrar a coexistência pacífica no mercado. Marcas que convivem sem confusão entre consumidores por longos períodos constituem evidência relevante de que o fundamento da nulidade, a saber, a probabilidade de confusão, não se sustenta na realidade do mercado.

As 77 hipóteses de impedimento e a complexidade do exame de nulidade

O PAN pode ser fundado em qualquer infringência da LPI verificada na concessão do registro. Na prática, a grande maioria dos processos invoca uma ou mais das 77 hipóteses específicas de sinais irregistráveis elencadas nos arts. 124 e 125 da LPI, das reproduções de emblemas oficiais (inciso I) às marcas de alto renome (art. 125), passando pela descritibilidade (inciso VI), a genericidade (inciso VI), os sinais de uso comum (inciso VI) e a reprodução de marca notoriamente conhecida (inciso XIX).

Cada hipótese tem contornos técnicos próprios, densificados por décadas de prática administrativa e judicial. A hipótese do inciso VI, relativa ao sinal de caráter genérico, necessário, comum, vulgar ou simplesmente descritivo, exige distinção entre descritibilidade absoluta e relativa, e entre sinais que descrevem o produto e sinais que meramente o evocam. A hipótese do inciso XIX, relativa à reprodução ou imitação de marca notoriamente conhecida, envolve os critérios do art. 126 e a jurisprudên-

cia da 2.^a turma especializada do TRF da 2.^a Região.

As Contrarrazões ao PAN adequadas não são uma peça genérica de protesto: são uma resposta técnica e específica a cada fundamento invocado pelo requerente, construída com conhecimento dos critérios que o Presidente do **INPI** aplicará na decisão. José Carlos Tinoco Soares observa que o exame de registrabilidade "não é uma operação mecânica de comparação de sinais, mas um juízo técnico que pondera a impressão do conjunto sobre o consumidor médio do segmento de mercado relevante" (SOARES, 2003, p. 89). As Contrarrazões que não falam a língua desse juízo técnico são, na melhor das hipóteses, ruído.

A oportunidade irrecuperável: o prazo como linha de não retorno

O prazo de 60 dias para apresentação das Contrarrazões ao PAN é, ao mesmo tempo, a única oportunidade de defesa na primeira instância administrativa e a base sobre a qual toda a estratégia posterior, recurso e ação judicial, será construída. O que não foi dito nas Contrarrazões não pode ser integralmente recuperado no recurso ao presidente do **INPI**; o que não foi produzido administrativamente pode encontrar restrições relevantes na via judicial.

A dimensão econômica desse prazo é frequentemente subestimada pelo titular. Um registro de marca representa um ativo intangível de valor crescente: constitui garantia em operações de crédito, compõe o balanço como ativo imobilizado, é pressuposto de licenciamentos, franquias e operações societárias. A declaração de nulidade tem eficácia ex tunc, pois retroage à data do depósito, como se o registro nunca tivesse existido. O custo de Contrarrazões bem elaboradas é invariavelmente inferior ao custo de um registro anulado, que implica redépósito, perda da anterioridade, eventual conflito com marcas surgidas no intervalo, e a incerteza sobre a proteção do sinal durante todo o período de litígio.

A máxima atribuída a H. L. Mencken, "para todo problema complexo há uma resposta clara, simples e errada", aplica-se aqui com precisão. A resposta clara, simples e errada para um PAN recebido é não responder, ou responder com uma negativa geral. Parece economizar tempo e honorários. O problema é que essa economia é ilusória: o custo de uma defesa fraca ou ausente, quando se materializa na declaração de nulidade do registro, é incomparavel-

mente maior do que o custo da defesa qualificada.

O alinhamento internacional do **INPI** e o profissional que acompanha os fóruns

O **INPI** não opera de forma isolada. A autarquia mantém vínculos formais e permanentes com os principais organismos internacionais de **propriedade intelectual**, a Organização Mundial da **Propriedade Intelectual** (OMPI/WIPO), o European Union Intellectual Property Office (EUIPO), o United States Patent and Trademark Office (USPTO), o Japan Patent Office (JPO) e o Instituto Nacional de Propiedad Industrial da Espanha (OEPM), entre outros, e participa ativamente de fóruns de debate com organizações de classe como a **Associação Brasileira da Propriedade Intelectual**

(**ABPI**) e a American Intellectual Property Law Association (AIPLA). Esses acordos de cooperação influenciam a formação dos examinadores, a revisão do Manual de Marcas e a orientação que permeia as decisões administrativas, inclusive as decisões em processos de nulidade.

O examinador do **INPI** que instrui um PAN está, em grau crescente, alinhado com as tendências interpretativas que circulam nesses fóruns. Os critérios de avaliação da distintividade adquirida, os parâmetros de coexistência de marcas em mercados globalizados, os limites da proteção das marcas notoriamente conhecidas: todos esses temas são objeto de debate contínuo nos principais organismos internacionais, e esse debate informa, ainda que indiretamente, a prática administrativa brasileira.

O profissional que acompanha esses fóruns, que lê as diretrizes do EUIPO, as decisões do USPTO em casos de cancellation proceedings e as publicações da OMPI sobre nulidade de marcas, está em condições de elaborar Contrarrazões ao PAN que dialogam com o horizonte técnico do julgador, e não apenas com a letra da LPI, mas com o contexto doutrinário e comparativo em que ela é interpretada. Essa é a diferença entre a peça que a presidência do **INPI** "lê com atenção e a que ele arquiva".

Desconfie das soluções fáceis em matéria de **propriedade intelectual**. O processo administrativo de nulidade é um dos momentos mais críticos da vida de um registro de marca, e é exatamente nesses momentos que a diferença entre o especialista e o generalista se torna mais visível, e mais cara.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

BRASIL. Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à **propriedade de industrial**. Brasília: Presidência da República, 1996.

CERQUEIRA, João da Gama. Tratado da **Propriedade Industrial**. 2. ed. São Paulo: RT, 1982. 2 v.

EUIPO - European Union Intellectual Property Office. Guidelines for Examination of European Union Trade Marks. Alicante: EUIPO, 2024. Disponível em: <https://www.euipo.europa.eu/en/trade-marks/before-you-apply/guidelines>. Acesso em: jun. 2026.

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Manual de Marcas. 2. ed., 1. revisão. Rio de Janeiro: **INPI**, 2021. Disponível em: <https://manualdemarcas.inpi.gov.br>. Acesso em: jun. 2026.

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Parecer n. 00043/2021/CGPI/PFE-**INPI**/PGF/AGU. Revista da **Propriedade Industrial**, Rio de Janeiro, n. 2652, 3 nov. 2021.

OSWALDO et al. Direito de precedência passa a ser aceito pelo **INPI** em processo administrativo de nulidade. 2024.

OMPI - Organização Mundial da **Propriedade Intelectual**. Introduction to Trademark Law and Practice: the basic concepts. 2. ed. Genebra: WIPO, 1993. (WIPO Publication n. 653).

SILVEIRA, Newton. A **Propriedade Intelectual** e as Novas Leis Autorais. 3. ed. São Paulo: Saraiva,

2018.

SITE OFICIAL do escritório ÁVILA NASCIMENTO ADVOCACIA. Disponível em: www.avilanascimento.adv.br
<https://avilanascimento.adv.br/#informativos>. Acesso em 2026.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2.^a REGIÃO. Apelação Cível n. 5014583-66.2019.4.02.5101. 1.^a Turma Especializada. Rel. Des. Federal Simone Schreiber. Rio de Janeiro, 3 fev. 2026.

Marcello Ávila Nascimento Sócio ÁVILA NASCIMENTO ADVOCACIA | +29 anos **INPI** | + 22 anos advocacia | Ranking Análise Advocacia | Pós Prop Industrial-UERJ | Mestrado Prop Intelectual-**INPI** | Pós Proc Civil-PUC | Pós Saúde-Verbo.

Quanto custa registrar uma marca no INPI depois da nova tabela de taxas?



Quanto custa registrar uma marca no **INPI** depois da nova tabela de taxas?

O impacto financeiro e as novas políticas de isenção adotadas pelo governo para a proteção legal de identidades comerciais no mercado nacional.

O planejamento para registrar marca no **INPI** exige atenção redobrada dos empresários após as novas políticas de arrecadação do governo. A reestruturação da tabela alterou os custos operacionais para garantir a exclusividade de nome no mercado nacional.

Como funciona a nova tabela de tarifas oficiais?

Para desestimular o preenchimento manual de atividades comerciais, o governo federal estabeleceu novas diretrizes financeiras e revisou as alíquotas do processo de proteção de nomes. Essa decisão estratégica busca concentrar os pedidos na lista automatizada da autarquia, otimizando imediatamente a análise técnica dos examinadores oficiais.

Shorts Em DestaqueVer mais vídeos Viés esquerda | Entenda a operação da polícia contra a produtora do filme de Bolsonaro | #620Viés direita | Flavio Bolsonaro, Pinky e Cérebro conseguem tirar foto com Trump | Narrativas #617"NOSSA LUTA É MORAL", DIZ RONALDO CAIADO SOBRE A PERSPECTIVA DE ENFRENTAR LULAO conceito que pode salvar sua saúde mentalVié direita | Caso Henry Borel: perdão a Monique por ser vítima do patriarcado | Narrativas #622FLÁVIO BOLSONARO É RECEBIDO EM AEROPORTO AO VOLTAR DOS EUA APÓS ENCONTRO COM DONALD TRUMPOpinião da MADA | Flavio

Bolsonaro, Pinky e Cérebro conseguem tirar foto com Trump | Narrativas #617FLÁVIO BOLSONARO, "A SMART YOUNG MAN""TEM UM RISCO ENORME DE DEMISSÕES OU FECHAMENTO DE EMPRESAS"Viés esquerda | PCC e CV agora são terroristas para os EUA. Certo ou errado? | Narrativas #619Viés esquerda | Lula e artistas contra as Bets. Fingimento? | Narrativas #623 Madeleine LacscoViés esquerda | Tariflávio: Trump agora quer eleger Lula? | Narrativas #621 Madeleine LacscoO perigo invisível que mata mais que o cigarroViés direita | Lula e artistas contra as Bets. Fingimento? | Narrativas #623 Madeleine LacscoA ESTRATÉGIA DA ESCALA DE TRABALHO 4X3 CONTRA A ESCALA 5X2

Nesse contexto específico, os empresários depararam-se com valores unificados que variam drasticamente conforme a modalidade selecionada no momento do protocolo. A diferença de custo penaliza duramente quem foge da padronização, o que exige um planejamento contábil rigoroso antes da emissão das guias governamentais de recolhimento tributário.

A tabela abaixo apresenta o resumo comparativo das tarifas vigentes:

| |
|---|
| Tarifas de depósito |
| Tabela de valores com desconto e preço integral |
| ð Especificação pré-aprovada |
| Tarifa reduzida (50%) |
| R\$ 440,00 |
| Tarifa integral |
| R\$ 880,00 |
| ãi, Livre preenchimento |
| Tarifa reduzida (50%) |

Continuação: Quanto custa registrar uma marca no INPI depois da nova tabela de taxas?



Viés esquerda | Entenda a operação da polícia contra a produtora do filme de Bolsonaro | #620

R\$ 860,00

Tarifa integral

R\$ 1.720,00

Quais são as diferenças fundamentais de especificação?

A especificação pré-aprovada, identificada pelo sistema como código 389, adota uma base de termos predefinidos para classificar precisamente os produtos oferecidos pelo negócio. Esse modelo eficiente simplifica a etapa de triagem, diminui a probabilidade de exigências formais documentais e acelera a concessão definitiva do certificado de propriedade.

Por outro lado, o formato de livre preenchimento, vinculado ao código 394, possibilita detalhar atividades bastante singulares, contudo, demanda uma interpretação humana extensa. Consequentemente, o órgão cobra valores consideravelmente superiores para compensar o desgaste técnico e o tempo adicional gasto na avaliação dos termos redigidos pelo interessado.

A seguir, os principais impactos dessa diferenciação técnica no orçamento:

A escolha de termos padronizados reduz a taxa base pela metade, otimizando o caixa inicial.

O detalhamento de categorias manuais requer o pagamento integral de R\$ 1.720,00 para pessoas jurídicas comuns.

Companhias com atuação diversificada devem recolher tributos multiplicados para cada setor mercadológico registrado oficialmente.

Classificações erradas geram retrabalho burocrático e forçam a quitação de petições adicionais de correção.

Quem tem direito aos descontos ou isenções sociais?

A atual legislação brasileira garante uma redução institucional de metade do valor para fomentar a formalização de pequenas empresas, cooperativas e empreendedores em crescimento. Esse benefício governamental diminui o custo do protocolo padrão para R\$ 440,00, facilitando enormemente o acesso ao sistema de exclusividade por negócios iniciantes.

Além disso, a recente portaria estabeleceu uma histórica isenção total para públicos em comprovada vulnerabilidade financeira e estrutural. Cidadãos registrados no cadastro social público e pessoas com deficiência podem iniciar o processo gratuitamente, ampliando a inclusão produtiva diretamente pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial**.

Por que o investimento em exclusividade é essencial?

O domínio legal sobre um nome corporativo não se materializa com a simples obtenção do número de cadastro empresarial, exigindo deferimento federal explícito. O certificado atua como uma barreira jurídica impenetrável, proibindo que organizações concorrentes explorem identidades visuais semelhantes para capturar a atenção do seu público consumidor.

Dessa forma, a marca registrada converte-se em um ativo financeiro indispensável, capaz de gerar lucros reais por meio de franquias ou licenciamento. De acordo com normativas do Governo Federal, ignorar essa obrigação regulatória expõe o patrimônio ao risco de processos devastadores e ao fechamento da operação.

Governo federal envia representante ao Quênia para debater biodiversidade e povos tradicionais



MMA autorizou o afastamento de coordenador-geral para participar de reuniões da Convenção sobre a **Diversidade Biológica** em Nairóbi entre julho e agosto de 2026

O governo federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, autorizou o afastamento do país de uma servidora ocupante de cargo estratégico para representar o Brasil em uma série de negociações internacionais sobre biodiversidade em Nairóbi, no Quênia. A medida, que visa consolidar o posicionamento brasileiro em fóruns da Organização das Nações Unidas (ONU), foi formalizada por meio do Despacho nº 51.068/2026-MMA, publicado no Diário Oficial da União (DOU).

A autorização contempla a viagem de Ana Luiza Arraes de Alencar Assis, coordenadora-geral do Departamento de Patrimônio Genético, vinculado à Secretaria Nacional de Bioeconomia. O deslocamento ocorrerá entre os dias 25 de julho e 16 de agosto de 2026, período que abrange a participação do Brasil em três eventos técnicos fundamentais para a implementação da Convenção sobre a **Diversidade Biológica** (CDB), tratado internacional do qual o país é signatário e protagonista global.

Compromissos internacionais e temas em pauta

A agenda da servidora no continente africano é extensa e envolve órgãos técnicos de assessoramento da ONU. A primeira etapa da missão consiste na participação na 28ª Reunião do Órgão Subsidiário de Aconselhamento Científico, Técnico e Tecnológico (conhecido pela sigla em inglês SBSTTA). Este órgão é responsável por fornecer avaliações

sobre o estado da biodiversidade mundial e recomendar medidas baseadas em evidências científicas para as conferências das partes.

Sequencialmente, a representante participará da sétima reunião do Órgão Subsidiário de Implementação (SBI). O SBI tem um papel administrativo e político essencial: ele avalia o progresso do cumprimento das metas globais de conservação e analisa como os países estão mobilizando recursos financeiros para proteger suas florestas, rios e espécies. No contexto atual, essas reuniões são vitais para ajustar o cumprimento do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, que estabelece diretrizes para deter a perda da natureza até 2030.

Além desses fóruns, a coordenadora integrará o Diálogo Informal sobre o Artigo 8(j). Este ponto específico da Convenção trata da proteção e valorização do conhecimento tradicional de povos indígenas e comunidades tradicionais (termo que designa grupos que possuem cultura e modos de vida vinculados à biodiversidade, como quilombolas, ribeirinhos e extrativistas). Para o Brasil, este debate é prioritário, dado que o país possui uma das maiores sociobiodiversidades do planeta e busca garantir que o acesso aos **recursos genéticos** da Amazônia e de outros biomas resulte em repartição justa de benefícios para as populações locais.

Estrutura administrativa e custeio

O despacho que autoriza a missão internacional foi assinado por Anna Flávia de Senna Franco, secretária executiva do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. A decisão fundamenta-se em competências subdelegadas por portarias internas de 2023 e 2024, que organizam o fluxo de representação externa da pasta.

Segundo o texto oficial, o afastamento ocorrerá "com ônus", o que significa que o governo federal arcará com as despesas de passagens e diárias da servidora. Esse tipo de investimento é padrão em missões diplomáticas e técnicas onde o interesse do Estado brasileiro está em jogo, especialmente em negociações que podem impactar a legislação naci-

onal sobre bioeconomia e a exploração comercial de recursos derivados da fauna e flora.

A escolha de Nairóbi como sede não é casual. A capital do Quênia é o principal centro ambiental das Nações Unidas, abrigando a sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). A presença de técnicos brasileiros nessas reuniões preparatórias garante que as especificidades dos biomas tropicais e as demandas dos países em desenvolvimento sejam consideradas antes das grandes cúpulas mundiais.

O papel do patrimônio genético

Como coordenadora-geral do Departamento de Patrimônio Genético, Ana Luiza atua em uma área sensível da administração pública. O patrimônio genético refere-se às informações de origem genética contidas em amostras de plantas, animais, fungos ou microrganismos. O controle sobre essas informações é o que impede a **biopirataria** e assegura que empresas internacionais paguem royalties ao

Brasil ao desenvolverem medicamentos ou cosméticos baseados em espécies brasileiras.

A participação ativa do Ministério do Meio Ambiente nessas instâncias internacionais reforça a retomada do protagonismo ambiental brasileiro no cenário externo, buscando equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação dos serviços ecossistêmicos essenciais para a vida no planeta.

A equipe de O TEMPO produziu esta reportagem automaticamente por meio de inteligência artificial, com base em dados oficiais. O conteúdo passou por um processo prévio de verificação para a sua elaboração. Se você encontrar algum erro, por favor, nos informe pelo e-mail inteligenciaartificial@otempo-com.br.

O risco de retrocesso no acesso a medicamentos

Em abril de 2021, assinei, ao lado de outras 37 pessoas, um manifesto em defesa do medicamento acessível no Brasil, juntamente com ex-ministros da Saúde, ex-presidentes da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)**, médicos, economistas, juristas e pesquisadores de instituições brasileiras e internacionais. Na ocasião, o Supremo Tribunal Federal (STF) tinha em mãos uma oportunidade histórica de reduzir o custo da saúde pública e ampliar o acesso da população aos medicamentos, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.529.

A ação questionava o parágrafo único do artigo 40 da Lei de **Propriedade Industrial** (LPI), dispositivo que permitia estender, em média, por três anos e meio, a vigência de **patentes** farmacêuticas no País. Foi uma vitória importante para a saúde pública a decisão do STF de proibir prazos elásticos para a validade das **patentes**.

Cinco anos depois, corremos o sério risco de retroceder. Não bastassem as dezenas de ações na Justiça de empresas multinacionais que tentam brechas na lei para burlar a decisão da Suprema Corte, tramitam no Congresso Nacional iniciativas legislativas que ameaçam o sistema de patentes no Brasil. Se aprovadas, elas podem prejudicar o acesso a medicamentos mais baratos e inovadores, tanto diretamente pela população quanto por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), o principal comprador de medicamentos da indústria farmacêutica.

A suposta ineficiência do Estado em analisar os pedidos de patentes não se compensa ampliando direitos exclusivos privados, ainda mais quando isso impacta preços, concorrência e saúde pública. Do ponto de vista prático, os efeitos são conhecidos: atraso da entrada de genéricos, preços mais elevados, impacto imediato no SUS, litigiosidade em massa e insegurança jurídica.

O argumento de que tais mecanismos serviriam para compensar atrasos no exame de **patentes** também já está contemplado no artigo 44 da própria LPI, garantindo reparação retroativa ao titular por meio da expectativa de direito. A volta de mecanis-

mos que permitem prorrogar o prazo de **patentes**

para além dos 20 anos previstos para novas invenções também contraria o Acordo sobre os Aspectos de Direitos de **Propriedade Intelectual** Relativos ao Comércio (Trips).

Mais do que isso, a reintrodução de mecanismos de extensão de patentes compromete a previsibilidade regulatória, elemento essencial para o bom funcionamento do ambiente de inovação.

Não se trata, portanto, de uma disputa entre inovação e acesso, como frequentemente se tenta simplificar o debate. Trata-se de garantir um equilíbrio adequado entre proteção à **propriedade intelectual** e interesse público - equilíbrio esse já reconhecido pelo próprio STF. Sistemas de **propriedade industrial** excessivamente protetivos, ao prolongarem monopólios de forma artificial, tendem a inibir a chamada "inovação incremental" e a competição tecnológica, que são fundamentais para o avanço científico e para a redução de preços ao longo do tempo.

Além disso, a deterioração das contas públicas tem comprimido cada vez mais o orçamento destinado às políticas de saúde e ao financiamento do SUS. Surgem até propostas eleitoreiras de desvincular as despesas obrigatórias da Saúde da Constituição. Nesse cenário, ressuscitar um mecanismo que posterga a entrada de concorrentes no mercado é, no mínimo, injustificável - para não dizer irresponsável. A competição é o mecanismo mais efetivo para baixar preços, sobretudo de medicamentos mais inovadores e, portanto, mais inacessíveis para a maioria da população pelo alto custo.

O impacto dessa extensão já foi mensurado. Pesquisadores do Grupo de Economia da Inovação do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro demonstram em estudo realizado em 2023 que, caso metade do número de ações em andamento na Justiça avance, mesmo em cenários conservadores de redução de preços, os custos evitáveis para o SUS variam entre R\$ 365,6 milhões e R\$ 1,1 bilhão.

No mercado privado, os efeitos em metade do número de ações em andamento são ainda mais pronunciados: a extensão pode elevar os gastos dos consumidores em 160%, totalizando R\$ 694,9

milhões com base em preços observados no Brasil, podendo alcançar entre R\$ 1,2 bilhão e R\$ 1,9 bilhão quando considerados preços internacionais. Em cenários de maior concorrência, os custos evitáveis para os consumidores variam entre R\$ 2,2 bilhões e R\$ 7,6 bilhões, evidenciando o papel central da entrada de genéricos na redução de preços. Caso os projetos de lei avancem no Congresso, o impacto pode ser ainda maior.

Retroceder no que o STF já decidiu não é apenas desnecessário; é prejudicial. Desequilibra a política de **propriedade industrial**, atrasa a entrada de genéricos e similares no mercado e impede a redução dos custos da saúde pública. O caminho precisa ser o oposto: avançar rumo a um sistema de saúde mais justo, eficiente e acessível a todos os brasileiros. Qualquer votação no Congresso Nacional que permita compensações às empresas que buscam extensão de **patentes** às custas do sistema de saúde é, na prática, negar mais acesso a medicamentos ao povo brasileiro.

The New York Times reformula ação judicial contra OpenAI e Microsoft por violação de direitos autorais



Jornal diz agora que a empresa fundada por Bill Gates incentivou a OpenAI a treinar seus sistemas de IA utilizando artigos protegidos por **direitos autorais** do jornal, e decidiu retirar a queixa contra essa última

O The New York Times alterou sua ação judicial contra a OpenAI e a Microsoft nesta quinta-feira, modificando uma das acusações contra a Microsoft e retirando outra contra a OpenAI, de acordo com um documento protocolado em um tribunal federal.

Arthur Gregg Sulzberger: Editor do New York Times acusa empresas de IA de 'roubo descarado' de informações. Apropriação de conteúdo por IA ameaça o jornalismo e a democracia? Especialistas reagem a discurso de editor do NYT

O jornal processou a OpenAI e a Microsoft no fim de 2023, acusando as empresas de tecnologia de violarem seus **direitos autorais** ao utilizarem milhões de seus artigos para treinar tecnologias de inteligência artificial, incluindo o chatbot ChatGPT. Segundo o jornal, essas tecnologias de IA agora competem com o Times como fonte de informação.

Na ação, o Times alegou que a OpenAI e a Microsoft infringiram seus **direitos autorais**. A empresa de mídia também acusou a Microsoft de violação "contributiva", em parte porque forneceu o poder computacional que a OpenAI utilizou para desenvolver suas tecnologias de IA.

Nova abordagem: YouTube vai detectar e rotular conteúdos criados por inteligência artificial

Em um documento apresentado nesta quinta-feira ao Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York, o Times acusou a Microsoft de incentivar a OpenAI a treinar seus sistemas de IA utilizando artigos protegidos por **direitos autorais** do jornal, além de fornecer serviços projetados para facilitar esse treinamento.

O Times também retirou uma alegação presente em sua ação original, apresentada em 2023, na qual acusava a OpenAI de violação "secundária" de **direitos autorais** por não impedir que consumidores e empresas gerassem, com o uso da IA, conteúdos protegidos por **direitos autorais**.

"Como alegamos há muito tempo, a Microsoft incentivou ativamente a OpenAI a se apropriar ilegalmente de nossas obras protegidas por **direitos autorais**", afirmou Graham James, porta-voz do Times, em comunicado. "Além de modificar essa alegação e concentrar o caso em seus argumentos mais fortes, nossas acusações centrais permanecem as mesmas desde o dia em que entramos com esta ação."

Licenciamento: Meta fecha acordo com dona do WSJ para usar conteúdo jornalístico em produtos de IA

Um porta-voz da OpenAI, Drew Pusteri, declarou nesta quinta-feira: "Nossos modelos impulsionam a inovação, são treinados com dados disponíveis publicamente e se baseiam no princípio do uso justo (fair use)."

O porta-voz da Microsoft, Frank X. Shaw, acrescentou: "Essas alegações foram amplamente examinadas ao longo de um processo de produção de provas que durou um ano e não encontram respaldo. Esta é uma tentativa de última hora da autora de salvar sua alegação diante de precedentes desfavoráveis estabelecidos em decisões judiciais recentes."

Anteriormente, a OpenAI e a Microsoft já haviam negado qualquer irregularidade, afirmando que respeitam os direitos dos criadores de conteúdo. A OpenAI também argumentou em um documento ju-

dicial que o ChatGPT não substitui uma assinatura do New York Times.

Trabalho conjunto: Governo Trump solicita que a OpenAI faça um lançamento escalonado de novo modelo de IA

O Times foi a primeira grande empresa de mídia dos Estados Unidos a processar a OpenAI por questões de **direitos autorais** relacionadas às suas obras escritas. Romancistas, programadores de computador e outros grupos também moveram ações semelhantes contra a OpenAI e outras empresas que desenvolvem tecnologias de IA. Atualmente, existem mais de 40 processos desse tipo em andamento no país.

Em um acordo firmado em setembro, a Anthropic, uma das principais concorrentes da OpenAI, concordou em pagar US\$ 1,5 bilhão a um grupo de autores e editoras após um juiz decidir que a empresa havia baixado e armazenado ilegalmente milhões de livros protegidos por **direitos autorais**.

Em dezembro, o Times entrou com outra ação judicial, alegando que seus **direitos autorais** estavam

sendo repetidamente violados pela Perplexity, uma startup de IA que desenvolveu um mecanismo de busca na **internet**.

Assim como outras empresas de inteligência artificial, a OpenAI desenvolveu suas tecnologias alimentando seus sistemas com enormes quantidades de dados digitais, parte dos quais é protegida por **direitos autorais**.

Há muito tempo as empresas de IA sustentam que podem utilizar legalmente esse material para treinar seus sistemas sem pagar por ele, argumentando que transformam o conteúdo para uma finalidade diferente.

Ao acusar a OpenAI de violação de **direitos autorais** nesta quinta-feira, o Times apresentou diversos exemplos de um chatbot da OpenAI fornecendo aos usuários trechos quase idênticos aos de seus artigos, os quais, de outra forma, só poderiam ser acessados mediante assinatura paga.

Marca de alto renome: Pix ganha proteção máxima do INPI



Reconhecimento do Pix como marca de alto renome pelo **INPI** traz à tona uma discussão importante sobre o alcance da proteção

Opinião Marca de alto renome: o que o novo status do Pix realmente significa

O reconhecimento do Pix como marca de alto renome pelo **INPI** traz à tona uma discussão importante sobre o alcance da proteção conferida às marcas no Brasil. A diferença entre as marcas de alto renome e outras marcas tradicionais registradas pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial** está justamente no alcance dessa proteção. Quando pensamos em marcas, costumamos pensar em conferir uma proteção e/ou defesa apenas a um interesse privado - o da empresa que investiu recursos para construir aquele sinal e vê-lo associado a seus produtos e serviços. Mas o sistema de **propriedade industrial** como um todo, e não só a parte destinada às marcas, também visa a salvaguardar um interesse social: ajudar o consumidor a identificar a origem do produto e/ou serviço que está adquirindo ou utilizando, reduzindo erros, dúvidas e confusão.

Bruno Peres/Agência Brasil

Nesse sentido, as marcas procuram conferir essa proteção aos produtos/serviços dentro de um determinado "limite": o princípio da especialidade. Em termos procedimentais, para exemplificar o que seria o princípio da especialidade, quando depositamos um pedido de registro de marca no **INPI**, escolhemos uma ou mais classes (as Classes de Nice)

que indicam o ramo de produtos ou serviços a que aquela marca se refere. Ou seja, a exclusividade conferida ao titular da marca, em regra, vale apenas dentro do ramo em que referida marca foi depositada - por isso, podem coexistir marcas idênticas em segmentos sem qualquer afinidade. A marca de alto renome é uma exceção a essa lógica. Algumas marcas se tornam tão conhecidas que seu reconhecimento ultrapassa o segmento original, fenômeno que a doutrina chama de "extravasamento do símbolo".

A Lei da **Propriedade Industrial** responde a isso no artigo 125 da LPI, que assegura à marca de alto renome proteção especial em todos os ramos de atividade. É, na prática, o mais alto patamar de proteção que uma marca pode receber no Brasil, pois a proteção passa a valer contra usos ou registros por terceiros em setores distintos, quando houver risco de confusão, associação indevida, diluição da sua força distintiva ou aproveitamento parasitário do seu prestígio. De forma simples: a marca comum é protegida apenas no seu "quintal" - dentro do seu ramo de atividade/mercado. Já a marca de alto renome é protegida no "bairro inteiro".

Proteção em todos os ramos

O STJ já fixou que a marca de alto renome configura exceção ao princípio da especialidade e goza de proteção em todos os ramos, mas, para isso, deve ser previamente registrada no Brasil e assim declarada pelo **INPI** (REsp 1.232.658 - SP, REsp 1.114.745/RJ e REsp 716.179/RS). Um exemplo recente e didático desse "descolamento" é a marca Fusca, recentemente reconhecida como de alto renome: o símbolo passou a funcionar como verdadeiro ativo cultural, muito além do produto que originalmente designava.

Em termos puramente jurídicos, os "ganhos" para o Pix são os mesmos de qualquer outro titular: o titular da marca - aqui, o Banco Central do Brasil - passa a deter o nível máximo de proteção previsto na lei.

Spacca

O nome e a identidade visual do Pix ficam resguardados contra o registro ou uso de sinais idênticos ou semelhantes em qualquer ramo de atividade, e não apenas no segmento de serviços financeiros em que a marca foi originalmente depositada. Como o Pix é hoje uma infraestrutura pública de pagamentos de ampla adoção, essa camada reforçada de proteção que o reconhecimento como uma "marca de alto renome" dá significa impedir que terceiros se apropriem do prestígio do Pix ou diluam sua força distintiva. Isso pode ser relevante, por exemplo, para impedir registros ou usos de sinais semelhantes que tentem se aproveitar da confiança social associada ao Pix, que gerem falsa impressão de vínculo oficial ou que enfraqueçam a distintividade da marca.

É importante registrar um ponto técnico, para evitar leitura equivocada: o reconhecimento de alto renome tem efeito territorial. Ele assegura uso exclusivo e proteção reforçada no Brasil, e não no exterior. A proteção internacional de uma marca depende de registros ou instrumentos próprios em cada jurisdição - o reconhecimento do **INPI**, por si, não produz efeitos fora do território nacional.

Proteção não impede investigação comercial

No contexto dos ataques dos Estados Unidos e das empresas de cartão de crédito, é preciso separar dois planos que a divulgação de hoje acabou aproximando. O debate envolvendo Estados Unidos, empresas de cartão e meios de pagamento está situado principalmente no campo da política comercial, da concorrência e da regulação de sistemas de pagamento. O reconhecimento de alto renome é um instituto de direito marcário interno: protege o sinal "Pix" - nome e logotipo - contra apropriação por terceiros dentro do Brasil. Ele não impede uma investigação comercial estrangeira, não resolve disputas diplomáticas e não funciona como uma "blindagem" regulatória internacional. Sua função jurídica imediata é outra: fortalecer, no Brasil, a proteção do sinal "Pix" contra usos indevidos, registros oportunistas, diluição da marca e tentativas de associação indevida por terceiros.

É evidente que o reconhecimento tem também um efeito simbólico e reputacional, afinal, ter uma marca reconhecida como de alto renome praticamente trata de reconhecê-la como algo que atingiu um nível de identificação social tão grande que ultrapassou o seu segmento original. Em um contexto

de disputas narrativas sobre sistemas de pagamento, isso pode ser politicamente explorado, mas a análise jurídica deve ser mais técnica: o processo marcário tem rito próprio, depende de provas e não se confunde com uma resposta diplomática ou comercial.

Além disso, o reconhecimento de alto renome é um procedimento específico perante o **INPI**, diferente de um processo comum de registro de marca: ele pressupõe uma marca já registrada, exige requerimento próprio e deve ser instruído com provas de conhecimento, reputação, prestígio, distintividade e associação da marca pelo público. É um rito próprio e bem mais complexo do que o rito comum de marcas. No caso da marca simples "Pix", seu registro já havia sido concedido pelo **INPI** desde março de 2026 e, agora, a partir de requerimento próprio, temos um novo reconhecimento, como marca de alto renome - a marca "Pix" elevou seu patamar de qualificação jurídica.

Do ponto de vista jurídico, portanto, o efeito prático é de segurança interna: reforça o controle do Banco Central sobre o uso do nome e do símbolo do Pix no Brasil. A leitura desse movimento como resposta institucional à pressão externa é legítima no plano político, mas convém não confundir os planos: tecnicamente, alto renome resolve o problema de apropriação de marca, não o de tarifação comercial.

Grau de conhecimento pelo público

A discussão sobre o tempo de existência do Pix também merece atenção. Historicamente, não existia qualquer critério temporal mínimo para o reconhecimento de alto renome. A lei nunca exigiu "idade" da marca: o que se afere é o grau de conhecimento pelo público, a reputação, o prestígio e a capacidade distintiva - e não há quanto tempo a marca existe. Uma marca pode tornar-se amplamente conhecida em pouquíssimo tempo, e foi exatamente o caso do Pix. Mesmo no regime comum de marcas, a lógica principal não é simplesmente "quem usa há mais tempo".

Como regra, a propriedade da marca é adquirida pelo registro validamente expedido pelo **Inpi**, e a data de depósito tem grande relevância no exame de anterioridade. A própria lei, porém, cria exceções pontuais para proteger situações legítimas de uso anterior: por exemplo, quem comprova que, de boa-fé, já usava no Brasil há pelo menos seis meses

marca idêntica ou semelhante, para produto ou serviço idêntico, semelhante ou afim, pode ter direito de precedência ao registro (artigo 129, §1º da LPI). Ou seja, o tempo aparece como um critério jurídico específico, em hipóteses delimitadas, e não como uma régua geral de prestígio da marca.

No caso do Pix, embora estejamos falando de uma marca relativamente recente, é difícil ignorar a velocidade com que ela foi incorporada ao cotidiano brasileiro. A expressão "fazer um Pix" entrou na linguagem comum, no comércio, nas relações pessoais e no dia a dia da população. Então, a discussão técnica não deve ser reduzida à idade cronológica da marca, mas sim à intensidade da sua presença social e à capacidade de o sinal ser imediatamente reconhecido pelo público.

O mais próximo que temos de um critério temporal é a exigência que veio disciplinada na recém implementada Portaria **INPI**/PR nº 25, de 23 de julho de 2025, que disciplinou o rito do reconhecimento de marcas de alto renome. Ela passou a exigir, como prova central, uma pesquisa de mercado e de

imagem da marca, com requisitos rigorosos. Entre eles está um parâmetro temporal - mas que não diz respeito à idade da marca, e sim à atualidade da pesquisa: ela deve ter, no máximo, dois anos de aplicação na data do requerimento. É um prazo de validade da prova, não um tempo mínimo de existência da marca.

Portanto, não há uma "idade mínima" para uma marca ser de alto renome. O pouco de existência pode tornar a prova mais desafiadora, mas não impede o reconhecimento se ficar demonstrado que a marca, apesar de jovem, já está tão incorporada à cultura brasileira quanto o Pix, que, inclusive, já é pauta de eleições.

Carolline Silva SoierÉ Advogada

Documento interno de empresa pode contestar patente



TRF-2 permitiu uso de boletim interno de uma fábrica como prova para tentar anular patente registrada por ex-funcionário

vale quanto prova Documento interno de empresa pode ser usado para contestar patente

Um documento interno não publicado oficialmente pode ser usado para contestar a validade de uma patente, caso seja conhecido ou utilizado por terceiros. O registro passa a integrar o estado da técnica - tudo aquilo tornado acessível ao público antes da data de depósito do pedido de patente, por descrição escrita ou oral, por uso ou qualquer outro meio, no Brasil ou no exterior -, estabelecido no artigo 11 da Lei de **Propriedade Industrial** (LPI).

Com esse entendimento, a 2ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (RJ e ES) acolheu, por unanimidade, o agravo de uma empresa para que um boletim interno de 1990 fosse analisado como prova para tentar anular a patente registrada por um ex-funcionário.

Em primeira instância, o juízo da 9ª Vara Federal da Subseção do Rio de Janeiro negou o pedido do grupo ao se basear na análise do perito judicial, que desconsiderou o registro como uma prova relevante. O técnico argumentou que o documento era apenas um controle interno de produção da fábrica e que, por ser preenchido manualmente, não garante que a emissão e os dados sejam verídicos ou relevantes para analisar os requisitos de patenteabilidade.

A autora afirmou que a prática estabelecida no boletim já era adotada pelo grupo e de amplo conhecimento do ex-colaborador, o que antecipou a reivindicação da exclusividade e comprometeu a atividade inventiva.

A empresa sustentou ainda que o documento foi incorretamente desconsiderado por não ter sido publicado, defendendo que "a interpretação da Lei de **Propriedade Industrial** deve considerar o contexto de má-fé e deslealdade do ex-funcionário que se apropriou de tecnologia conhecida internamente".

O ex-colaborador reiterou que se trata de boletim interno, sem publicidade e sem provas de legitimidade, e que considerou correta a decisão em primeiro grau de não considerar o registro.

Apropriação indevida

O relator, desembargador Marcello Ferreira de Souza Granado, sustentou que a definição de um conhecimento como acessível ao público, como descrito no estado da técnica da LPI, deve ser interpretada de forma ampla e justa, visando proteger a boa-fé e a lealdade nas relações jurídicas, conforme o artigo 422 do Código Civil.

O artigo 5º, inciso XXIX, da Constituição Federal, assegura aos autores um privilégio temporário para a utilização de inventos, mas "esta proteção tem como objetivo a inovação genuína, não a apropriação indevida de conhecimento", reforçou o magistrado.

Segundo o colegiado, o próprio perito reconheceu que o documento antecipa o uso da invenção e que "a suposta 'fragilidade' ou o 'preenchimento manual' do boletim não pode prevalecer sobre o conteúdo que ele representa, especialmente considerando o contexto tecnológico da época (1990) e o acesso inegável que um profissional da área poderia ter a tal informação no ambiente de trabalho".

O acórdão concluiu que a ausência de publicidade formal não deve servir de justificativa para que um ex-empregado patenteie uma técnica que ele conhecia e que era de uso recorrente na fábrica.

Continuação: Documento interno de empresa pode contestar patente

Os desembargadores também reconheceram a urgência da discussão com base na tese da taxatividade mitigada, estabelecida no Tema 988 do Superior Tribunal de Justiça - que permite o agravo de instrumento fora do rol do Código de Processo Civil, desde que comprovada urgência por risco de inutilidade futura.

A empresa foi representada por Eduardo Perillier, sócio da área de Contencioso do Felsberg Advogados.

para ler a decisão

Processo 5010675-65.2025.4.02.0000

Índice remissivo de assuntos

| | |
|--------------------------------|-------------------------------------|
| ABPI | 4,5,6,7,8 |
| Direitos Autorais | 15,16 |
| Marco regulatório INPI | 4,5,6,7,8,9,10,17,18,19 |
| Patentes | 13,14 |
| Pirataria Biopirataria | 1,2,3,11,12 |
| Propriedade Industrial | 4,5,6,7,8,9,10,13,14,17,18,19,20,21 |
| Propriedade Intelectual | 4,5,6,7,8,13,14 |